

A TEMÁTICA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO

Rosa Maria Cavalheiro¹

Flamarion Laba da Costa²

RESUMO

No Brasil, historicamente, a abordagem das questões indígenas foi empregada como um recurso, quase sempre eficaz, de aniquilação da diversidade. Hoje é uma prática que vem recebendo um tratamento especial por parte do poder público, alicerçada na proposta de um novo paradigma educacional de respeito à diversidade étnica. No entanto, ainda há muito a ser feito para que o indígena obtenha condições de igualdade no ensino escolar. Nessa perspectiva, este trabalho discute a abordagem das questões indígenas na escola, a partir da análise de alguns livros didáticos, tendo em vista a importância dessas abordagens na formação dos conceitos pelos alunos, e do fato que a maioria desses materiais foram elaborados a partir da visão eurocêntrica sobre o assunto, o que nos impele a buscar novas formas e novas fontes de saber.

Palavras-chave: povos indígenas, escola, livro didático.

ABSTRACT

In Brazil, historically, the approaches to indigenous issues were employed as a resource, almost always effective, the annihilation of diversity. Today is a form of education that is receiving special treatment by the public administration, based on the proposal for a new educational paradigm of respect for ethnic diversity. However, much remains to be done to get the indigenous conditions of equality in schools. In this way, this article discusses the approach to indigenous issues at school, from the analysis of some textbooks, in view of the importance of these approaches in the training of concepts by students, and the fact that most of these materials have been prepared from the Eurocentric view on the matter, which impels us to seek new ways and new sources of knowledge.

Key-words: indigenous peoples, school, textbook.

¹ Professora de História da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Participante do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. E-mail: <mariarosa0102@yahoo.com.br>.

² Orientador. Professor do Departamento de História. Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO. E-mail: <flamarion@unicentro.br>.

1. INTRODUÇÃO

É muito comum encontrarmos nos livros didáticos afirmações contra o racismo e o preconceito, porém ao analisarmos atentamente esses materiais, percebemos que existe uma dificuldade em abordar as diferenças étnicas na sociedade brasileira atual. O que geralmente se faz, principalmente com relação ao índio, é deixá-lo no passado.

Na história oficial do Brasil, geralmente escrita sob a perspectiva europeia, raramente aparecem contribuições significativas dos índios com relação à formação da nação brasileira, o que vemos são as menções ao conhecimento das ervas, do artesanato, de algumas palavras que passaram a compor o vocabulário do não índio e, quando muito, alguns conhecimentos ligados às técnicas de caça e pesca empregadas pelos índios na época da chegada dos europeus. Pouco ou nenhuma referência é feita às características culturais mais específicas.

Essa realidade nos remete a algumas indagações referentes ao que pretendemos discutir: Como é a imagem do índio que os livros didáticos mostram hoje? Como o livro didático trata a temática indígena? Como devemos tratar esse assunto na escola?

Diante desta situação realizamos a análise de alguns livros didáticos de História que têm sido utilizados pelas escolas nos últimos anos, no que se refere aos índios, e discutimos sistematicamente este assunto com os alunos de forma a tentar amenizar o preconceito e a discriminação que estão postos na sociedade, promovendo um debate sério sobre o convívio na diferença, não só entre membros de sociedades diferentes, mas também entre aqueles que convivem numa mesma sociedade, mas que têm origens culturais diferenciadas.

A partir das análises realizadas, e antes de iniciarmos as discussões, foi aplicada pesquisa com alunos da 7ª série do Ensino Fundamental para percebermos a relevância que este trabalho poderia ter. Vale lembrar que a escolha deve-se ao fato de que o estudo dos povos indígenas é feito geralmente na 5ª e 6ª séries, portanto os alunos já teriam alguns conceitos e opiniões formadas, e conseqüentemente melhores condições de debater sobre tal assunto.

Os resultados da referida pesquisa nos apontaram que há uma carência de discussão acerca das questões indígenas no âmbito escolar. É um assunto tratado de forma superficial e muitas vezes até mesmo omitido. Iniciamos então, a partir

dessas informações um trabalho discussão no sentido de desconstruir conceitos que consideramos equivocados sobre alguns aspectos referentes aos povos indígenas, e neste sentido procuramos dar ênfase aos que habitam o território paranaense, sem desta forma desconsiderar os demais.

Paralelamente ao trabalho com os alunos elaboramos um Objeto de Aprendizagem Colaborativo (OAC) que trata do referido assunto. Trata-se de um tipo de material didático, que contém diversos recursos e algumas sugestões que poderão servir como subsídio ao trabalho do professor na abordagem da temática indígena e que, após passar pela análise da equipe pedagógica da Secretaria de Estado da Educação, poderá ser publicado e consultado por outros professores no ambiente virtual da instituição.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. O Indígena no Livro Didático

Muitas das análises acerca dos livros didáticos feitas atualmente, no que se refere às questões indígenas, apontam que existem muitas informações equivocadas, carregadas ainda de uma visão e etnocêntrica e preconceituosa sobre o assunto. Os estudos mais recentes sobre o assunto têm se dedicado ao tratamento mais adequado, porém esses conhecimentos, como os do campo antropológico, por exemplo, normalmente não são contemplados nas abordagens didáticas.

Partindo dessas considerações iniciamos a análise de alguns dos livros da disciplina de História que têm sido adotados nos últimos anos pela rede pública de ensino. E nesse processo não podemos deixar de considerar a importância do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), instituído pelo Ministério da Educação desde 2001 para avaliar sistematicamente os livros didáticos produzidos pelas editoras, através de comissões constituídas especialmente para este trabalho.

Ao final desta avaliação é elaborado o Guia do Livro Didático, que contém a relação dos livros aprovados, bem como a resenha dos mesmos e os princípios e critérios que foram utilizados neste processo. Trata-se de uma excelente ferramenta para auxiliar o professor no processo de escolha dos livros, pois muitas vezes não são oportunizados momentos exclusivos para este trabalho na escola, e é a partir

desta escolha que o professor selecionará um dos poucos materiais impressos que os alunos terão acesso durante sua escolarização.

Uma dos aspectos preconizados pelo MEC com relação a esta escolha refere-se à participação ativa e democrática do professor. Esta participação exige que o professor tenha uma boa preparação para proceder à escolha dos livros. É necessário que o professor possua saberes e critérios muito definidos sobre o tipo de material que considera adequado ao trabalho que deseja realizar com seus alunos a que venha ao encontro da realidade da comunidade escolar a que se destina, pois, apesar do avanço das tecnologias ligadas à Educação, o livro didático ainda é peça indispensável ao trabalho docente.

Nesta perspectiva, nos preocupamos ao constatar que a tendência da maioria dos materiais didáticos que chegam à sala de aula é generalizar a figura do índio colaborando para afirmar a não contemporaneidade dos mesmos, “como se fossem um todo homogêneo, iguais entre si, fazendo parte apenas do passado” (SILVA & GRUPIONI, 1995. p. 11).

As abordagens feitas a partir destes materiais levam os alunos a concluir que os povos indígenas não fazem parte da sociedade atual, e que estas relações só se deram na época da chegada dos europeus ao Brasil, principalmente porque esse assunto aparece nos livros somente quando abordado este período específico da História do Brasil, não apresentando a participação indígena nos períodos posteriores, denominados ainda como Império e República, mantendo-os desconectados da história recente do país.

Para proceder à análise à qual nos referimos, utilizamos os livros didáticos de quinta e sexta séries do Ensino Fundamental, onde há maior ocorrência da temática indígena.

Os títulos escolhidos foram os seguintes: *História e Vida*, de Nelson Piletti e Claudino Piletti, *Brasil: uma História em construção*, de Macedo e Oliveira, *Nova história crítica*, de Mario Schmidt, *História*, do Projeto Araribá, *História Integrada*, de Cláudio Vicentino e *Encontros com a História*, de Vanise Ribeiro e Carla Anastásia.

Analisando esses livros o que se percebe é que praticamente todos eles privilegiam as mesmas informações sobre os povos indígenas e apresentam características muito semelhantes, como se não houvesse uma diversidade imensa e complexa sobre a vida desses povos e que ainda não alcançaram o ambiente

escolar.

Trata-se de uma história estanque, marcada por acontecimentos importantes sob o ponto de vista de uma historiografia basicamente européia. Isto pode ser constatado pelos subtítulos que constam nos capítulos que tratam das populações indígenas: *O fim do mundo indígena* (Piletti), *Os antigos habitantes do Brasil* (Projeto Araribá), *Nossos índios* (Schmidt), *O índio submetido*, *O extermínio indígena* (Vicentino), *Catequese e aculturação* (Ribeiro) entre outros, numa demonstração clara de que os autores consideram os índios como fadados à extinção ou a dominação, não se referindo à contemporaneidade dos mesmos.

Quando discutimos com nossos alunos a partir dessas abordagens estamos reforçando a idéia difundida desde a época da chegada dos primeiros europeus ao Brasil, ou seja, aquela visão que concebe o índio como ingênuo, incapaz de compreender o mundo dos não índios e, portanto à mercê de sua tutela. Esta idéia foi amplamente difundida através dos romances, crônicas e produções intelectuais da época, e que figuram até hoje nos materiais didáticos, em que escapam a dimensão histórica que é própria desses povos.

Os trechos a seguir nos levam à constatação de tais afirmações:

O mundo do índio começou a desmoronar no momento do encontro com o branco. Este se considerava superior, dono da verdade, com direito sobre a terra, a liberdade e a própria vida do índio (...). (PILETTI & PILETTI, 1989, p. 28).

Em seguida os mesmos autores referem-se ainda à questão demográfica, porém não a exploram, o que poderia contribuir para o entendimento de que as populações indígenas estão crescendo, dando assim uma contribuição a mais para os alunos entenderem melhor esta perspectiva:

Como se vê de uma forma ou de outra, os índios saíram perdendo em sua luta contra os portugueses. Hoje, os poucos que restam – cerca de 250.000 – tentam manter em suas mãos as poucas terras que ainda possuem! (PILETTI & PILETTI, 1989, p. 28).

Pelos trechos dos livros didáticos analisados é possível perceber que os autores têm apontado para a questão da diversidade, mas ainda escrevem sob o ponto de vista da sociedade do não índio, estabelecendo comparações entre povos que nada têm em comum, banalizando e simplificando certos aspectos dessas culturas, cometendo assim sérios equívocos.

Segundo Cláudio Vicentino (1995, p. 123), “Vivendo num estágio semelhante ao dos homens do Período Paleolítico, os índios brasileiros eram nômades e dedicavam-se à caça e a pesca”. Ao comparar os índios aos homens do período Paleolítico, provavelmente levamos os alunos a associarem todas as demais características deste período aos povos indígenas do Brasil do século XVI. Além de não estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná, que colocam “em cheque” a periodização da História, é uma comparação inadequada e, no mínimo, complicada, tendo em vista a faixa etária dos alunos de sexta série. Conforme Mario Furley Schimidt:

Existem várias maneiras de se compreender as diferenças entre os povos indígenas da América. Por exemplo, podemos analisar a estrutura econômica desses povos, ou seja, o modo como cada um deles encontrou para trabalhar, produzir e sobreviver. (SCHMIDT, 2004, p.134)

Na seqüência deste texto o autor apresenta uma classificação das sociedades indígenas sob o ponto de vista econômico de uma sociedade não indígena, onde a economia é um fator determinante de importância ou de desenvolvimento, como se este aspecto resumisse a complexidade dessas sociedades.

Outro aspecto que nos preocupa é a discussão sobre as questões religiosas dos povos indígenas, por considerarmos esta tarefa extremamente séria e delicada, pois trata de conhecimentos que certamente não dominamos. Para Vicentino (1995, p. 123) Quando o aluno lê em um livro que “*o pajé é um chefe religioso, que trata dos doentes usando ervas e magias*”, certamente irá associar aos índios o conceito de magia que conhece, ligado à fantasia e a algo que não é real, que não se acredita.

Ainda com relação às questões religiosas e considerando a faixa etária dos alunos, outro trecho que em nosso entendimento traz idéia semelhante:

Há também uma outra autoridade. É o Xamã, uma espécie de pajé (como chamavam os antigos tupis). Os xamãs funcionam como médicos e feiticeiros, conhecedores da vida vegetal e animal, curam através da natureza. (RIBEIRO, 1996, p.37)

Alguns conceitos, quando utilizados equivocadamente podem comprometer toda uma discussão, proporcionando aos alunos a formação de conceitos inadequados e, o que é pior, negligenciando um conhecimento que é riquíssimo e

extremamente complexo para ser entendido através de comparações tão rasas e utilizando expressões que não o traduzem fielmente.

Essas abordagens não contribuem para a formação de conceitos coerentes sobre estes povos, pois a maioria das pessoas irá analisá-los sob o ponto de vista elitista, excludente e preconceituoso.

Este trabalho sugere, portanto uma articulação entre as representações do índio em nossa sociedade e o papel da escola diante dessas representações. Que tipo de conceitos a escola transmite, utilizando esses materiais?

Muito já se avançou na discussão a respeito do tratamento dados às sociedades indígenas pelos demais integrantes da sociedade nacional. A Constituição de 1988 é um claro exemplo disto, pois é um marco nas relações entre o Estado e as comunidades indígenas, porém muito ainda há que se discutir e avançar.

Algumas leis já foram criadas no sentido de um tratamento mais igualitário e coerente para essas sociedades, porém elas precisam ser colocadas em prática, e isso se fará na medida em que forem implementadas ações que levem a isto. Desta forma consideramos que uma importante ação se dá pelo caminho da Educação, pelas abordagens sobre os povos indígenas que são feitas na escola.

A Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/96) nos aponta esta obrigação pois, se não o fazemos por considerar adequado e justo no sentido de respeito aos povos indígenas, devemos fazê-lo para dar cumprimento à lei: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia”. (BRASIL, 1996, Art. 26, § 4º)

Para Luís Donizeti Benzi Grupioni (1992, p. 2) “as organizações não-governamentais, que têm promovido campanhas de apoio aos índios e produzido material informativo sobre eles, têm atingido uma parcela muito reduzida da sociedade”. Neste sentido não temos a pretensão de esgotar a discussão sobre o assunto, mas sim provocar em nossos alunos a curiosidade e o interesse em obter mais conhecimentos mais amplos sobre esta temática, levando até eles materiais que dêem condições de amenizar a defasagem que este assunto sofre em relação aos demais apresentados pelos livros didáticos, no que diz respeito à formação de conceitos sérios e coerentes, tão urgente nas nossas escolas.

As Diretrizes Curriculares Estaduais para o ensino da História no Paraná apontam para um caminho que, em nosso entendimento, não tem mais volta. Trata-se de uma proposta de abordagem que entende a disciplina como fundamental para o exercício da democracia; onde já “não se concebe mais as verdades prontas e definitivas de um ensino marcado pelo dogmatismo e pela ortodoxia” (2006, p. 22).

Isto nos remete ao fato de que devemos levar os nossos alunos a pensar sobre a história que não consta nos documentos oficiais, nos manuais didáticos, mas sim buscar, além dessas fontes, muitas outras, para que possamos entender os processos históricos também pelo estudo das minorias, pela “História vista de baixo” como nos aponta Peter Burke, referindo-se aos dominados, em sua obra *A escrita da História*.

2.2. A Temática Indígena na escola

Sabemos que é na escola que as crianças formam a maioria dos conceitos que vão acompanhá-las pela vida toda. Nesse contexto o livro didático é, muitas vezes, um dos poucos materiais impressos de que os alunos dispõem para auxiliar no processo de construção de tais conhecimentos e formação desses conceitos.

Tendo em vista essa afirmação bem como a análise referida anteriormente, realizamos, logo no início deste ano letivo, uma pesquisa com os alunos da 7ª série do Ensino Fundamental de um estabelecimento da rede pública, para conhecermos um pouco mais suas opiniões e conceitos a respeito dos povos indígenas e de percebermos a relevância que este trabalho poderia ter na formação destes alunos.

Os resultados nos mostram aquilo que já suspeitávamos: que realmente este assunto carece de muita discussão no ambiente escolar para proporcionar aos alunos melhores condições conviver com as diferenças que a sociedade apresenta e conseqüentemente respeitá-las.

Nas respostas obtidas com a referida pesquisa percebemos, além de conceitos equivocados, a falta de conhecimento a respeito de alguns aspectos abordados. A ocorrência da resposta “não sei” foi bastante comum. Ao serem perguntados, por exemplo, sobre a Terra Indígena mais próxima do lugar em que estão, somente 2 alunos, de um total de 40, responderam corretamente, sendo que a Terra Indígena de Marrecas localiza-se a aproximadamente 50 quilômetros de

localização da escola onde a pesquisa foi feita.

Consideramos importante ressaltar que a pesquisa foi elaborada com questões extremamente simples, não por atribuímos esta característica ao assunto, mas por concluir que questões complexas poderiam fugir ao objetivo proposto.

A imagem das sociedades indígenas, que geralmente os alunos guardam, continua sendo estática: indivíduos vivendo em pequenas aldeias isoladas na floresta, representando um passado remoto, desfrutando do que a natureza oferece. Trata-se de uma visão romântica e folclorizada da figura do indígena brasileiro, demonstrada nas respostas obtidas.

Quem são, onde vivem e que atividades os índios desenvolvem? A estas perguntas os alunos apresentaram respostas do tipo: “primeiros habitantes do Brasil”; “pessoas pobres”; “vivem no mato”; “moram nas ocas”, “vivem da caça e da pesca”.

O que verificamos a partir dessas afirmações é que questões essenciais, no tratamento destes assuntos, foram certamente deixadas de lado nas abordagens didáticas feitas pelos professores ao longo da vida escolar desses alunos. As redes de parentesco; as relações e formas de trabalho, de práticas rituais, de educação, de organização familiar, de relações com outros povos, e tantos outros aspectos não podem ser negligenciados numa evidente simplificação do assunto.

Ainda é muito comum, na semana do índio, depararmos-nos com alunos pintados e enfeitados com penas e outros adereços semelhantes, numa homenagem aos índios que demonstra o entendimento que os professores têm deles. Inclusive, na mesma pesquisa utilizada para esta análise, ao representarem os índios através de um desenho o que mais ocorreram foram ocas, enfeites de pena, caça, pesca, matas, arco e flecha. Não se costuma relacionar os povos indígenas aos avanços tecnológicos, como celulares, computadores, câmeras digitais, por exemplo, e menos ainda a outras opções apresentadas como: Universidade, literatura, restaurantes, governo, etc.

Não estamos propondo que o tratamento dado ao assunto nos livros didáticos seja especial e privilegiado, em relação aos demais, mas sim que tenham um tratamento adequado no sentido de dar a ele seu devido lugar na construção da história da sociedade brasileira, que não lhe seja negado esta importância.

Na seqüência do trabalho iniciado a partir da pesquisa, foram abordados diversos aspectos relacionados aos povos indígenas. Utilizando apresentações de *slides* foram apresentadas aos alunos informações sobre os povos Guarani e Kaingang que vivem no Paraná. Foram proporcionados momentos de discussão sobre o modo de vida desses povos em seus aspectos mais amplos, de modo a não os compararmos entre si, nem ao modo de vida do não índio, mas sim levar a uma compreensão mais significativa da presença destes povos no contexto paranaense.

Durante as aulas sobre o assunto foi percebido o interesse dos alunos em conhecer e discutir até mesmo sobre aspectos dos mais inesperados e que não havíamos previsto como a questão da demarcação de terras, por exemplo. Ao discutirmos sobre isto constatamos que os alunos atribuem a importância da terra somente no que se refere à agricultura, e para os povos indígenas esta importância é bem mais relevante: refere-se ao *teko*, no caso dos povos Guarani, que é o seu modo de ser e de viver deste povo, inconcebível sem estar ligado à territorialidade.

Realizamos exposição de algumas peças de artesanato para os alunos, com o objetivo de valorizar e ressaltar a importância dessas práticas para as comunidades indígenas atuais, visto que tradicionalmente essa atividade estava relacionada às necessidades do dia-a-dia e atualmente servem como fator importante para o sustento das famílias, através da venda desses objetos.

Ao discutir em sala de aula sobre o artesanato indígena levamos os alunos a perceberem também o imenso conjunto de conhecimentos necessários para a execução desses trabalhos. Os conhecimentos matemáticos agregados a esta prática, por exemplo, especialmente na confecção das cestarias, foi um aspecto constatado pelos alunos. A criatividade, a originalidade e a beleza também foram características percebidas nesta breve análise.

Devido ao tempo de duração da aula ser insuficiente para um trabalho mais aprofundado, e para despertar mais o interesse dos alunos, sugerimos a pesquisa, através da internet, de mais informações sobre o assunto, e nos surpreendemos com o volume de informações trazidas para discussão que os alunos obtiveram com esta atividade. Foi um momento riquíssimo de troca de conhecimentos, visto que surgiram informações sobre o artesanato indígena praticado em outras regiões do Brasil e que pela sua beleza atraíram muito a atenção dos alunos.

Proporcionar aos alunos momentos como este, e não perder nenhuma oportunidade para tal, dará conta, aos poucos, de fazer com que os alunos formem conceitos adequados sobre este e outros assuntos, ou até mesmo revejam os conceitos que formaram ao longo de sua vida, seja na escola ou através de sua vivência cotidiana fora do ambiente escolar. Não se trata de discutir o assunto por si só, mas trazendo-o à tona no universo do aluno, estaremos deixando de ocultá-lo do tempo presente, dando a esses povos a condição de serem entendidos como sujeitos contemporâneos da História.

3. CONCLUSÃO

Constatamos com esta análise que os conteúdos presentes nos livros didáticos sobre os povos indígenas são muito restritos, pois ainda desconhecem os resultados de pesquisas mais recentes e atualizadas sobre o assunto, abordando-os somente nos momentos referentes aos primeiros tempos da colonização. É preciso que as populações indígenas sejam referenciadas em outros momentos da história, uma vez que participam efetivamente da história atual do país.

A escola constitui um espaço vital para o desenvolvimento de conhecimentos acerca de questões que não fazem parte do cotidiano dos alunos, é urgente e necessário que, em vista disso, o debate seja cada vez mais elucidativo de modo a *“não apenas resgatar mais esses ‘esquecidos’ da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa – fracassada – de erradicar os índios”*³.

Julgamos que os equívocos ainda presentes e que se reproduzem nos livros didáticos de História do Brasil, devem-se ao desconhecimento por parte de quem os produz de todo este universo que envolve a questão indígena, ou até mesmo ao grau de importância que lhe é atribuído. A crítica sistemática à produção desses materiais pode constituir-se num importante instrumento de contribuição para compreender esse processo e conseqüentemente pensar esta temática no sentido de promover o respeito à diversidade cultural do Brasil.

Faz-se necessário também, que aprendamos a ouvir os povos indígenas no que diz respeito ao que os livros dizem sobre eles, Referimo-nos à busca de

³ MONTEIRO, John Manuel Monteiro. O desafio da história indígena no Brasil. In GRUPIONI, L; SILVA, Araci. **A temática indígena no Brasil**. Brasília: MEC/MARE. 1995 p. 227.

bibliografias que contemplem esses saberes e que possam ser utilizadas pelos professores para aprimorar seus conhecimentos, adquirindo assim melhores condições de uma abordagem menos equivocada e conseqüentemente mais coerente sobre o assunto.

Segundo a Professora guarani Maria de Lourdes, do Mato Grosso do Sul, “ a nossa cultura a gente não se perca no vazio, que nós possamos também um dia construir a nossa história, a nossa verdadeira história. Porque a história que está nos livros não fala tudo”. (Depoimento. In Brasil, 1998, p. 71.)

Entendemos que o caminho é rever nossos conhecimentos, perceber nossas deficiências, buscar novas formas e novas fontes de saber. Somente através do estudo e da pesquisa sistemática é que poderemos oferecer aos nossos alunos melhores condições de superação dos conceitos equivocados que lhes foram transmitidos no processo de aprendizagem escolar.

Neste sentido, nos dedicamos ao aprofundamento dos estudos sobre as sociedades indígenas, atitude esta que em nosso entendimento deve ser o primeiro passo rumo a uma prática pedagógica mais adequada com relação ao tratamento do assunto em questão, buscando materiais que não fazem parte do cotidiano escolar, mas que podem contribuir de forma relevante na apropriação e construção desses conhecimentos, pelos alunos.

Durante a realização deste trabalho percebemos que há uma outra questão, que obviamente não iremos tratar aqui, mas que merece a mesma de atenção por parte dos estudiosos sobre o assunto e dos que produzem materiais didáticos. Trata-se das imagens veiculadas por esses materiais a respeito dos povos indígenas, que ao nosso entendimento, também são responsáveis pela formação dos conceitos pelos alunos. O produto iconográfico é muito farto, porém necessita de um tratamento específico no que se refere à adequação ao conteúdo didático e aos objetivos que se pretende alcançar na sua abordagem.

Nos dias de hoje temos muitas possibilidades de realização deste trabalho, visto que as escolas estão cada vez mais equipadas para a busca de diferentes informações, como é o caso dos laboratórios de informática, referindo-me aqui especificamente às escolas da rede pública estadual do Paraná.

Desta forma acreditamos contribuir para uma melhor compreensão sobre a temática indígena, amenizando o preconceito e a discriminação que estão postos

nas relações sociais atuais, bem como propiciar aos alunos a construção de conceitos mais coerentes em relação à diversidade existente em nossa sociedade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1998.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9394/96. Brasília, MEC. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais para a Formação de Professores Indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história – novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

GRUPIONI, Luís Donizeti Benzi (org.). **Índios no Brasil**. São Paulo: Sec. Mun. de Cultura de São Paulo, 1992.

GRUPIONI, Luís Donizeti Benzi; SILVA, Araci Lopes da.. **A temática indígena no Brasil**. Brasília:MEC/MARE.1995.

LUCIANO. Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACEDO, José Rivair; Oliveira, Mariley W. **Brasil: Uma História em Construção**. Vol. 1. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

MELANI, Maria Raquel Apolinário (org). **Projeto Araribá: História**. Vol. 1. São Paulo: Moderna, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. **Caderno Temático da Educação Escolar Indígena**. Curitiba:SEED. 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Diretrizes Estaduais para a Educação Escolar Indígena**. Curitiba: SEED, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares de História para a Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2006.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e Vida: da Pré-História à Independência**. Vol. 1. 21ª Ed. São Paulo: Ática, São Paulo, 1997.

RIBEIRO, Vanise e ANASTASIA Carla. **Encontros com a História**. Vol.1. São Paulo: Editora do Brasil.São Paulo,1996.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica**. Vol. 2. São Paulo: Nova Geração, 1999.

SILVA, Aracy Lopes da e GRUPIONI, Luiz Donizete B. **A temática indígena na escola – novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. (org.) **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Fapesp/Global/Mari, 2001.

VICENTINO. Cláudio. **História Integrada: o mundo da idade moderna**. Vol. 2. São Paulo: Scipione, 1995.